

opinião especial: CONTABILIDADE E SEGUROS

Domingues Azevedo, Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

“Os impostos não podem aumentar mais”

Domingues Azevedo, Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, é directo e declara que estamos num ano problemático, em que todos sentem dificuldades: empresas e famílias. Por isso, ou há rapidamente um estímulo à economia ou não se sabe bem o que acontecerá no futuro. Porque, diz Domingues Azevedo, há mais vida para além do défice, e o Governo não pode esquecer as pessoas.

Sofia Abreu Silva

OPINIÃO PÚBLICA: Como será, no seu entender, o ano de 2012 em termos globais?

Domingues Azevedo: Vai ser um ano mau para o país. Com as medidas de austeridade impostas pela “troika” e seguidas pelo Governo, todos vamos sentir a crise de uma forma muito intrusiva. Não se consegue em dois ou três anos corrigir o que foi mal feito em 40! Portugal enfrenta uma situação aguda em diversas frentes e haverá um empobrecimento real e efetivo da população e do tecido empresarial. Não haja sobre isso a menor dúvida. Em 2013 ainda assistiremos, provavelmente, a um agravar da situação.

De que forma é que as empresas sentem a crise?

De forma directa. Havendo contracção económica, as pessoas retraem-se e não consomem. Porque também não têm dinheiro. E as empresas não vendem os seus produtos. A situação do tecido empresarial português, constituído pelas micro, pequenas e médias empresas, em 97,8 por cento, é nalguns casos dramático. Com a ‘crise’ e o agravamento da carga fiscal, ficam maniatadas em si próprias. É cada vez mais frequente o aumento das dívidas a fornecedores. Ou há, rapidamente, um estímulo à economia ou não se sabe bem onde tudo isto vai parar. Para além da ditadura imposta pelos mercados financeiros há uma questão de prioridade política que não está a ser observada pelos agentes políticos. E ela reside na economia. O problema não é só financeiro. É de estratégia e prioridade política.

E as famílias?

As famílias estão a empobrecer efectivamente na sua grande maioria. Se os elementos do agregado familiar forem funcionários públicos apanham ainda com um corte dos subsídios de férias e de Natal, direitos constitucionais adquiridos após o 25 de Abril.



Com o aumento da carga fiscal em todas as frentes, mais o agravamento das taxas da saúde e da educação, o caminho é regredir em termos financeiros. Se trabalharem no privado também não estão melhor. Há muitas empresas a falir e não se sabe se o governo vai buscar, em forma de taxa extraordinária o dinheiro dos subsídios de férias e Natal. As famílias estão a mudar de vida. A ter menos qualidade de vida. Muitos filhos não vão poder prosseguir os estudos superiores e as idas ao restaurante, ao cinema ou ao teatro diminuem ou desaparecem mesmo. Quantas famílias não contam já com a ajuda de pais, irmãos, avós? Estamos a assistir a um retrocesso.

Será que o Governo está ir longe demais nas medidas aplicadas. Será que há uma noção real das dificuldades das pessoas?

O Governo quer ser um “aluno bem comportado” no panorama europeu. Bem comportado demais. Está a acabar com a classe média, com estas medidas. E está a agravar situações que já eram de pobreza. A situação das contas públicas não é boa há muitos anos, mas há mais vida para além do défice. A meta de recuperação traçada é muito curta e está a matar-se o doente pela cura intensiva aplicada. As políticas sociais estão a acabar. O estado social que até então conhecemos

tende a desaparecer, com a imensidão de medidas liberais que se estão a tomar. Ficamos com a sensação que o governo não quer sentir a população. Mas por este caminho vai acabar por se debater com um gravíssimo problema de desemprego ao qual não vai poder voltar as costas.

Muitos dizem que com o aumento dos impostos, aumentará a economia paralela. Partilha dessa opinião?

É quase sempre assim. Há uma apetência para a fuga e evasão fiscais. Quando se sentem demasiadamente apertados e/ou injustiçados há um acréscimo na economia paralela. Desde o pequeno serralheiro, ao mecânico, passando por alguns profissionais liberais. Todos temos a obrigação de contribuir, pagando os impostos. Mas quando o povo se sente lesado, não olha a esse dever de cidadania. Que ganham em pedir, por exemplo, a factura, se esse documento não lhe serve para nada? Todos temos de fazer um esforço para levantar a economia do país, mas a experiência diz que há aumento da fuga fiscal.

Como é que fazemos para que cada um pague o que devidamente deve?

Vivemos todos numa democracia, num Estado de Direito, apesar de tudo. Todos têm de

pagar os seus impostos e contribuir para o funcionamento da sociedade organizada em que nos inserimos. Podemos discordar, mas há momentos próprios para exprimirmos as nossas opiniões.

As pessoas pagam, na sua opinião, muitos impostos em Portugal? Como vê as offshores?

Neste momento a carga fiscal aproxima-se rapidamente dos países europeus que têm uma carga fiscal elevada. E, pior, em Portugal está a perder-se o conceito “humanizado” que a reforma fiscal de 1989 trouxe aos impostos. Começamos a não diferenciar o que tem ser diferenciado. Por exemplo: uma família que tenha no seu seio um filho doente vai gastar mais dinheiro que uma família que o tenha saudável. Essa primeira família tem de ser tributada de forma diferente, para haver justiça e equidade fiscal. A cegueira de conseguir mais receita não pode ir ao ponto de se tomar a nuvem por Juno. Quanto às *offshores* sou, por princípio, contra a sua existência. Mas uma vez que existem em diversos países europeus, discordo que se encerre a Zona Franca da Madeira, que até tem gerado receitas substanciais para o Estado.

Como vê a atuação do Ministro das Finanças, Vítor Gaspar?

O professor Vítor Gaspar é um técnico e um académico reputado, competente. Não lhe conheço experiência profissional no mundo das empresas. E isso é fulcral no momento atual. O facto de ser um académico prestigiado chegará? Não estará condicionado por uma política global errada? A ver vamos.

Quais os caminhos que Portugal deve seguir em termos de fiscalidade?

É muito importante que a fiscalidade trilhe caminhos de equidade. A fiscalidade tem de estar ao serviço dos cidadãos, para encontrar o bem comum. Não deve nunca existir uma fiscalidade para a política, mas sim uma política para a fiscalidade. Existindo uma boa organização no Estado, assente nas regras contabilísticas, todos ficaríamos a ganhar. Os impostos não podem aumentar mais. Estão no limite do razoável. Nem devem perder o sentido ‘humano’. As pessoas são entes concretos e não abstratos. Caso houvesse mais um aumento fiscal seria a estocada final para empresas e famílias.

pub

MVA
gabinete de contabilidade

Contabilidade Fundos Comunitários

Fiscalidade Gestão de empresas

Praça D. Maria II, 1268 - 2º sala 1
Tel.Fax 252 373 380 - Telem. 913 609 811 - E-mail: mva.ge@hotmail.com

4760-111 Vila Nova de Famalicão

NUMBERMAP - UNIPESSOAL, LDA